CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0107/87- PROC. DOC. SE 8617/99/86

INTERESSADA : VANESSA CERQUEIRA DE ANDRADE

ASSUNTO : Smlicita matrícula na 3ª série do 1º Grau

RELATOR : Cons. CELSO DE RUI BEISIEGEL

PARECER CEE Nº 708 /87 - CEPG - APROVADO EM 11/03/87

Comunicado ao Pleno em 25/03/87

1. HISTÓRICO

A mãe de Vanessa Cerqueira de Andrade, nascida a 19 de setembro de 1979, encaminhou através da Secretaria da Educação, requerimento ao Conselho Estadual de Educação, solicitando a homologação da matrícula de sua filha em 1987 na 3ª série do 1º grau da EEPG Jardim Dourado, DE de Suzano DRE/5 - Leste - Mogi das Cruzes, aluna que frequentou a 1ª série; do Ciclo Básico, em 1985, como "ouvinte" e com idade de 5 anos.

Vanessa Cerqueira de Andrade frequentou em "maio/junho a classe da 1ª série do Ciclo Básico sob a orientação da Professora Wanda Ovídio Gonçalves como aluna ouvinte já que sua matrícula não fora efetivada. No entanto, apesar da idade, completou todas as etapas previstas para o referido ano, trabalhando normalmente, sendo avaliada regularmente e demonstrando um desempenho normal.

Em 1986, foi, então, regularmente matriculada na 1ª série" do Ciclo Básico, porém frequentava a turma da 2ª série, em virtude da aptidão demonstrada no final da fase anterior.

A época em que se originou, este expediente, novembro de 1986, a aluna continuava com aproveitamento satisfatório, com possibilidade de terminar o Ciclo Básico, e frequentar a 3ª série do 1º grau, em 1987.

Como sua situação não é prevista na Resolução SE 13/84, entre casos de defasagem idade-série, bem como não é abrangida pelas Deliberações CEE 20/80 e artigo 4º da 15/84, a senhora Supervisora de Ensino- que exerce atividades junto- à escola aqui enfocada manifestou-se na seguinte conformidade (fls. 50 e 31):

"Após análise do expediente, visita à Unidade Escolar, con versa com a professora, verificação de alguns trabalhos da.aluna, atitu- des e aproveitamento em sala de aula, a conclusão é a seguinte:

1 - a aluna foi favorecida pelas experiências e atividades vivenciadas em classe de ' pré-escola e posteriormente na situação de "ouvinte" em classe de Ciclo Básico. Salienta-se como outros fatores positivos ambiente sócio-econômico, nível cultural, filha de mãe professora e interessada no desenvolvimento escolar da criança.

2 -ao nível de classe o desempenho é normal (nada de excepcional) considerando-se apenas o suficiente para acompanhar uma classe de 5ª série do 1º grau, mas se tal fato ocorresse, a aluna seria nivelada por

baixo, sendo-lhe retirado o direito de um progresso pedagógico não se levando em consideração a melhoria de qualidade do ensino.

Ainda quanto ao aspecto pedagógico caberá à Unidade Escolar -propiciar condições para que no próximo ano letivo a aluna seja submetida a um programa traduzido em enriquecimento da oferta escolar, por atividades curriculares paralelas às previstas no curso e ou por aprofundamento do estudo dos conteúdos programáticos de seu interesse".

O parecer conclusivo da Sra. Supervisora de ensino acolhido, pelo Sr. Delegado de Ensino de Suzano, após as considerações, foi o seguinte: "Pela não efetivação da matrícula da aluna na 3ª série do 1º grau; devendo a mesma prosseguir seus estudos, com aprofundamento no Ciclo Básico".

Os autos vieram ao Colegiada instruídos com certidão de nascimento (fls. 17) requerimento da mãe da menor a direção da EEPG Jardim Dourado (fls. 18 à 20), relatório da Profa Manda Ovídio Gonçalves (fls. 21 e 22) ficha descritiva do rendimento da aluna no Ciclo Básico (fls. 25 a 29) relatório das atividades desenvolvidos pela aluna nos anos de 1985 e 1986 (apenso DOCSE 8617/99/86).

2. APRECIACÃO

VANESSA CERQUEIRA DE ANDRADE, aluna regularmente matriculada na 1ª série do Ciclo Básico em 1986, porém freqüentando, como "ouvinte" as aulas da 2ª série, solicitou através de sua mãe, Célia Cerqueira de Andrade, regularização de sua vida escolar, uma vez que já cursara, sem matrícula, um ano de escolaridade (1ª série) do Ciclo Básico em 1985.

Ao iniciar seus estudos no Ciclo Básico, em 1985, a aluna contava com 5 (cinco) anos de idade. A escola, irregularmente, permitiu que se estabelecesse a figura do aluno "ouvinte" e não tomou as providências cabíveis de acordo como os pressupostos da Deliberação CEE nº 15/84.

A situação da interessada, em relação ao Ciclo Básico, não apresenta restrições de ordem legal ou pedagógica, que impeçam o atendimento do solicitado.

O próprio Decreto nº 21.835 que instituiu o Ciclo Básico, já garante a flexibilidade de atendimento as crianças segundo seu ritmo de aprendizagem, apresentando em suas considerações:

"...as séries iniciais do ensino do 1º grau nas escolas estaduais devem levar em conta o aspecto de continuidade do processo educativo e respeitar as características individuais do aluno;... a necessidade de se permitir maior flexibilidade na organização curricular e avaliação do desempenho de cada aluno individualmente na fase de alfabetização".

Esse posicionamento é reafirmado na Resolução SE nº 13 de 1984 que ao regulamentar o Ciclo Básico, determinou:-

"Artigo 2° - São finalidades do Ciclo Básico:

I - assegurar ao aluno o tempo necessário para superar as etapas de alfabetização, segundo seu ritmo de aprendizagem e suas características sócio-culturais;

II -

III - garantir às escolas a flexibilidade necessária para a organização do currículo, no que tange ao agrupamento de alunos, métodos e estratégias de ensino, conteúdos programáticos e critérios de avaliação do processo ensino aprendizagem.

Artigo 5° - A duração mínima prevista para o Ciclo Básico é de 2 (dois) anos letivos:

Não resta a menor dúvida que Vanessa Cerqueira de Andrade, oriunda de bom nível sócio-econômico-cultural, talvez orientada em casa e em escolas infantis, desde a mais tenra idade, estava preparada para vencer as etapas iniciais do Ciclo Básico, mesmo com 5 (cinco) anos de idade. Em 1985 e 1986 ela cursou os dois anos do Ciclo Básico previstos.

No entanto, observa-se que a irregularidade, na verdade, se prende ao fato de a escola ter permitido que se estabelecesse a figura do aluno "ouvinte", não atendendo aos pressupostos da Deliberação CEE n° 13/ 84, vigente à época, que dispunha sobre matrícula inicial na 1ª série do 1° grau, assim determinado:

"Art. 5° - Poderão ainda matricular-se, excepcionalmente, na série de que trata o artigo 1°, crianças com idade inferior a prevista no artigo anterior, desde que a Escola, que pretende efetivar a matrícula comprove a existência de vagas, após atendidos todos os pedidos das prioridades dos artigos anteriores.

§ 1° - Os pedidos de autorização deverão ser apresentadas pela Escola ao respectivo Supervisor de Ensino, instruídos com parecer favorável de especialista ou educador de reconhecida competência até 15 (quinze) dias após o início do ano letivo no estabelecimento de ensino.

§ 2° - O Supervisor de Ensino deverá decidir fundamentalmente sobre os pedidos de autorização no prazo de 15 (quinze) dias contados de sua apresentação pela Escola.

§ 5° - O Supervisor de Ensino deverá considerar o prévio e cabal atendimento pela Escola às prioridades do artigo 2°.

§ 4° - Não havendo manifestação do Supervisor de Ensino no prazo fixado no 0 2° ou não concordando a Escola com a sua decisão, caberá recurso, no prazo de 7 (sete) dias, à competente Delegacia de Ensino, qual deverá se pronunciar no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 5° - No caso de não haver manifestação da Delegacia de Ensino findo o prazo de (quinze) dias, o pedido será considerado aceito.

§ 6° - A matrícula será efetivada após a autorização do Supervi

sor de Ensino ou da Delegacia de Ensino, no caso de recurso, ou ainda, sem manifestação desta, após decorrido o prazo de (quinze) dias.

§ 7º - O procedimento adotado deverá constar no prontuário do aluno.

No entanto, a escola só tomou providências no ano seguinte, e novamente incorreu em erro. Legalmente, matriculou a aluna na ia série/em 1986, e indevidamente permitiu que frequentasse classe mais avançada (2ª série).

SÓ em novembro de 1986, a direção da EEPG do Jardim Dourado encaminhou o Ofício n° 126/86, à Delegacia de Suzano solicitando matrícula na 3ª série do 1º grau para 1987, pleiteando solução para um impasse que ela própria criara: não há como regularizar uma matrícula inicial em 1985, embora com estudos efetivamente realizados, se houve, em 1986, uma matrícula legal em 1ª série, já homologada pelas autoridades da rede.

Embora, pedagogicamente, a situação escolar de Vanessa Cerqueira de Andrade esteja correta, apesar da defasagem de idade, uma vez que cursou dois anos de Ciclo Básico, administrativamente sua escolaridade carece de atenção por parte deste Colegiado.

A professora alega que permitiu excepcionalmente a presença da criança, pois havia vagas, a classe contava com apenas trinta e três -(33) alunos, pois acreditava que rapidamente se desinteressaria e retornaria as suas atividades normais. Foi, no entanto, rápida e inesperada a escolarização da criança, que permanecia na escola apenas como "ouvinte", sem que lhe fosse ofertada, prioritariamente, a educação instrumentalizada.

Diante do exposto, por se caracterizar um fato então, consumado, que teria solução se apresentado à época devida e, principalmente por não se pretender causar prejuízos a vida escolar da aluna, sugere-se sejam regularizados seus estudos. É este o posicionamento deste órgão, como exposto no Parecer n° 806/86.

Outrossim, a mãe, visando demonstrar a maturidade emocional da filha e da adaptação em turma, mais velha, encaminhou com o DOC SE 86617.99/86, suas avaliações semestrais, caderno de exercícios e a declaração da professora que a acompanhou por dois anos (1985 e 1986).

É conveniente, no entanto, que seja reiterada, junto à rede, a ideia exposta no Parecer 399/76, do Conselheiro Hilário Torloni, a respeito da proibição da matrícula condicional, com a figura do aluno "ouvinte", no sistema estadual de ensino.

Situação semelhante a de Vanessa Cerqueira de Andrade, foi discutida na Camará do Ensino do Primeiro Grau/no Processo CEE n° 475/76 -Proc. DRE/PP n° 8975/85 de Elisângela Grava no dia 11/02/87, sendo favorável a interessada, pelo fato de a mesma ter cursado os dois (2) anos do Ciclo Básico.

3-CONCLUSÃO:

Em face do que foi exposto, convalidam-se os estudos realizados por Vanessa Cerqueira de Andrade, em 1985 e 1986, no Cíolo Básico da EEPG "Jardim Dourado", DE de Suzano - DRE/5-Leste Mogi das Cruzes ficando, conseqüentemente, autorizada sua matrícula na 3ª série do 1º grau, em 1987.

São Paulo, 10 de março de 1987.

a) Cons. Celso de Rui Beisiegel

Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Cecília Vasconcellos L. Guaraná, Celso de Rui Beisiegel, Dermeval Saviani, Luiz Antônio de S. Amaral.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 11 de março de 1987.

a) Cons. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA AMARAL

RELATOR